



COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO Nº 36/2019 – PJC

Ref.: IC nº 003.9.47075/2018– 3ª PJC

Pelo presente instrumento, na forma do art. 5.º, § 6.º, da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, alterado pelo art. 113 da Lei no. 8.078, de 11 de setembro de 1990, de um lado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, por meio do Promotor de Justiça do Consumidor que o presente subscreve, doravante denominado compromitente, e de outro lado **Escola Ponto Alto Ltda**, CNPJ nº 02.496.097/0001-09, doravante denominada compromissária, através de seu representante, legalmente constituída, Marilda Aguiar Pepe, acompanhada de sua advogada, Maria Esther Pires e Silva Pineiro, OAB/BA n. 27720, celebram este compromisso de ajustamento, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Compromissária obriga-se a divulgar, durante o período de matrícula, plano de execução do material escolar solicitado aos contratantes consumidores.

CLÁUSULA SEGUNDA: A Compromissária obriga-se a utilizar rigorosa e integralmente o modelo de planilha anexa ao Decreto 3.274/99, quando proceder à fixação do valor da anuidade escolar;

CLÁUSULA TERCEIRA: A Compromissária obriga-se a somente alterar o valor da mensalidade para os anos vindouros se cumpridas às determinações da Lei 9.870/99, sobretudo quanto à elaboração de planilha de custos na forma do Decreto 3.274/99;



CLÁUSULA QUARTA: A Compromissária facultará aos contratantes ou, se for o caso, aos responsáveis pelo educando, optar entre fornecimento integral do material escolar no início do período letivo ou pela entrega parcial e parcelada, segundo os quantitativos de cada unidade de aprendizagem, sendo que, neste caso, far-se-á a entrega com antecedência mínima de oito dias do início da unidade. Tudo conforme artigo 3º da Lei Estadual nº 6.584/94.

Parágrafo único: A Compromissária registrará informação sobre esta cláusula na lista de material escolar entregue aos contratantes consumidores.

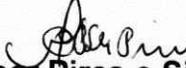
CLÁUSULA QUINTA: Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas, a Compromissária ficará sujeita ao pagamento de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigida pelo INPC, por cada fato ocorrido em desacordo com o presente termo, a qual deverá ser revertida em favor do Fundo Estadual de Proteção do Consumidor – FEPC, de que trata o art. 13 da Lei 7.347/85;

CLÁUSULA SEXTA: Este Compromisso produzirá efeitos legais a partir de sua homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos arts. 5.º, § 6.º, da Lei n.º 7.347, e 784, XII, do Novo Código de Processo Civil.

Salvador, 17 de maio de 2019.


Olimpio Coelho Campinho Junior
3º Promotor de Justiça do Consumidor


Marilda Aguiar Pepe
Representante da Compromissária


Maria Esther Pires e Silva Pineiro
Advogada